

ARBITRAGEM



Preencha a **ficha de cadastro** no final deste livro e receba gratuitamente informações sobre os lançamentos e promoções da Elsevier.

Consulte também nosso catálogo completo, últimos lançamentos e serviços exclusivos no site www.elsevier.com.br



ARBITRAGEM



© 2012, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque, revisão e editoração eletrônica: Conecta Editorial

Elsevier Editora Ltda.
Conhecimento sem Fronteiras
Rua Sete de Setembro, 111 - 16º andar
20050-006 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Rua Quintana, 753 - 8º andar
04569-011 - Brooklin - São Paulo - SP - Brasil

Serviço de Atendimento ao Cliente 0800-0265340
sac@elsevier.com.br

ISBN 978-85-352-6055-7

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação ao nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A694

Arbitragem nacional e internacional / Ana Luiza Pinto, organizadora. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-352-6055-7

1. Arbitragem e sentença - Brasil. 2. Arbitragem internacional. I. Pinto, Ana Luiza.

12-2644

CDU: 347.918

Os autores

Adriane Nakagawa Baptista

Cursando Leiden University's Master in Advanced Studies in European and International Business Law. Especialista em direito internacional privado pela Academia de Direito Internacional de Haia. Graduada em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Advogada.

Ana Gerdau de Borja

PhD em Arbitragem e LL.M. em direito internacional pela University of Cambridge. Advogada.

Ana Luiza Baccarat da Motta Pinto

Especialista em Arbitragem pela Cornell University e pela Fundação Getúlio Vargas (GVlaw). Especialista em direito americano e internacional pelo The Center for American and International Law (CAILAW). Cursando Master of Laws (LL.M.) em direito societário no IBMEC/SP – Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Advogada.

Flavia Foz Mange

Doutoranda em direito internacional e comparado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em direito internacional pela USP. LL.M. em international legal studies pela New York University (NYU) School of Law. Advogada.

Flávio Spaccaquerche Barbosa

Mestre em direito internacional econômico pela Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne. Graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Advogado.

Isabela Lacrete

Advogada em São Paulo. Especialista em arbitragem pela Fundação Getúlio Vargas (GVlaw). Graduada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Atualmente estuda direito internacional privado na Université Panthéon-Assas, em Paris, e se prepara para um mestrado em contencioso e arbitragem na mesma instituição, para o qual obteve uma bolsa do governo francês, a Bourse d'Excellence Eiffel.

Jonathan Barros Vita

Doutorando e Mestre em direito do tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Mestre em segundo nível em direito tributário da empresa pela Universidade Comercial Luigi Bocconi. Especialista em direito tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET-SP). Advogado, consultor jurídico e contador.

Karin Hlavnicka Skitnevsky

Doutoranda e Mestre em direito das relações econômicas e internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Especialista em Arbitragem pela Fundação Getúlio Vargas (GVlaw). Coordenadora do grupo de estudos sobre comércio e arbitragem internacional e da equipe do Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot da PUCSP. Membro da Association of attenders and alumni of the Hague Academy of International Law. Advogada.

Katherine Spyrides

Mestre em direito privado pela Universidade de Paris X - Nanterre. Graduada em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ). Co-coordenadora do curso de arbitragem da OAB/RJ. Foi professora do curso de arbitragem na Pós-Graduação de direito empresarial da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Admitida na Ordem dos Advogados de Paris (controle de conhecimentos da Escola de Formação Profissional dos Barreaux de la Cour d'appel de Paris). Autora de artigos jurídicos em publicações nacionais e estrangeiras em matéria de arbitragem. Advogada.

Larissa De Santis Basso

Bacharel e Mestre em direito internacional pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em comércio exterior pela Aduaneiras. Professora de direito internacional. Advogada.

Luis Fernando Guerrero

Doutorando e Mestre em direito processual civil pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em mediação de conflitos pela Northwestern University. Visiting Scholar na Columbia University Law School. Membro do CBar, YAF da CCI, YAG da LCIA. Componente do Painel II do Comitê de Controvérsias sobre Registro de Domínio do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCRD-CAM/CCBC). Advogado.

Marco Deluigi

Mestre em contencioso, arbitragem e modos alternativos de solução de controvérsias pela Universidade Paris II – Panthéon Assas. Advogado.

Mariana Cattel Gomes Alves

LL.M. em international trade law, contracts and dispute resolution na University of Turin, Institute of European Studies, UNCITRAL and ITC-ILO. Especialista em Arbitragem pela Fundação Getúlio Vargas (GVlaw) e pela Cornell University. Graduada direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Advogada.

**Napoleão Casado Filho**

Doutorando e Mestre em direito das relações econômicas internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professor assistente de direito internacional privado da PUCSP. Professor de arbitragem internacional na Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Escola Paulista de Direito (EPD). Coach do time da PUCSP nas últimas edições do Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot, do Concours d'Arbitrage International de Paris e da Competição Brasileira de Arbitragem. Membro do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Advogado.

Octávio Fragata Martins de Barros

Doutorando e Mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduado em arbitragem, negociação e mediação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Coordenador Assistente do curso de Arbitragem da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVlaw). Professor da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio de Janeiro. Advogado.

Pérsio Thomaz Ferreira Rosa

Bacharel e Mestre em direito processual civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Especialista em direito processual civil pelo COGEAE. Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Advogado.

vii

Roberta Correa Gouveia

Doutoranda em direito civil comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Mestre em direito das relações econômicas internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Advogada.

Thiago Luis Carballo Elias

Pós-graduado em direito processual civil e advocacia empresarial. Advogado.



Apresentação

O objetivo desta obra escrita por jovens arbitralistas é abrir um espaço para que novas e profícuas ideias possam ser apresentadas ao mundo jurídico, sob a ótica de jovens e talentosos arbitralistas e árbitros reconhecidos no Brasil e no exterior.

Considerando que o Comitê Brasileiro de Arbitragem oferece uma revista trimestral com publicações sobre o tema, de modo que qualquer interessado pode enviar seus artigos para o crivo do conselho de publicação da revista, sabemos que, na prática, não é fácil para os novos profissionais da área competirem com advogados experientes e renomados, que estão no mercado há muitos anos.

Por essa razão, nos lançamos nesta ousada empreitada, que oferece uma nova visão sobre temas sempre presentes no dia a dia dos profissionais da área. Assim, a comunidade arbitral poderá conhecer a qualidade da nova geração de arbitralistas brasileiros.

São Paulo, maio de 2012.

Ana Luiza Baccarat da Motta Pinto
Karin Hlavnicka Skitnevsky



Prefácio

É surpreendente o desenvolvimento que a arbitragem alcançou em quinze anos de vigência da Lei nº 9.307/1996 (Lei de Arbitragem). Do ostracismo imposto pela legislação anterior (Arts. 1.072 a 1.102 do Código de Processo Civil e Arts. 1.037 a 1.048 do Código Civil), passou a ser a rainha do baile, haja vista a adesão da sociedade e dos operadores econômicos e jurídicos. Vencida a discussão quanto à constitucionalidade de alguns dispositivos da Lei de Arbitragem, os quais constituíam sua coluna vertebral, sobreveio a declaração do Supremo Tribunal Federal acerca da higidez constitucional, em 2001 e, paulatinamente, o cenário começou a se alterar, bem como havia muito a fazer. Surgiram as primeiras decisões judiciais referendando os princípios jurídicos e dispositivos inovadores da Lei de Arbitragem e, por isso, os estudiosos começaram a voltar suas atenções ao instituto, razão pela qual nasceram as revistas brasileiras especializadas em arbitragem, idênticas em qualidade às suas congêneres no exterior. As Câmaras de Arbitragem em São Paulo, precursoras da Lei, a Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo do Centro e Federação das Indústrias – CIESP/FIESP e o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CCBC, reformularam seus regulamentos para se adequarem à nova lei e, ato contínuo, surgiram novas Câmaras de Arbitragem em outros estados da Federação. Abusos cometidos na correta aplicação da lei são coibidos pela jurisprudência nas ações de anulação de sentença arbitral, tal como previsto na legislação aplicável.

Proliferaram-se os congressos, seminários e palestras sobre arbitragem. A sociedade civil se organizou e instituiu o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem – CONIMA e o Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAR. As instituições de ensino jurídico começaram a inserir a matéria nas disciplinas de direito processual civil, direito civil, comercial e internacional e, até mesmo, a arbitragem como disciplina autônoma na grade curricular. Surgiram dissertações e teses acadêmicas de boa qualidade. Enfim, a sociedade se preparou para direcionar os conflitos comerciais, cíveis e empresariais de todos os matizes e que se refiram a direitos patrimoniais disponíveis para a arbitragem, com a inserção de cláusulas compromissórias nos contratos ou em documentos apartados.

Além de todo esse desenvolvimento nos setores que incorporaram a arbitragem na prática, importa ressaltar o interesse por essa forma extrajudicial de solução de conflitos pelos estudantes de direito e advogados em início de carreira, os denominados *jovens arbitralistas*.

A rede social formada em torno da arbitragem entre os jovens, a participação em campeonatos de arbitragem simulada no Brasil e no exterior, com o desempenho cada vez melhor dos estudantes brasileiros, o Fórum para Jovens Árbitros da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC YAF) e a recente Associação Brasileira de Estudantes de Arbitragem – ABEArb, surpreenderam e fascinaram todos os envolvidos na arbitragem fazendo, sem dúvidas, que se pressinta um futuro

promissor para a arbitragem no Brasil. Os *jovens arbitralistas* são pró-ativos, bem preparados, estudiosos e entusiastas da disseminação da cultura da arbitragem em nosso país.

O direito da arbitragem está inexoravelmente comprometido com a ética e, com ela, não se transige. Os padrões éticos a serem seguidos no momento de se indicar árbitros, na postura deles, das partes e dos advogados no curso da arbitragem, na limpidez de raciocínio e consciência do advogado em adotar iniciativas corretas na defesa dos interesses de seus clientes, mas sem olvidar da cordialidade e elegância, entre outros atributos, são postulados que devem perseguir e nortear os jovens apóstolos da arbitragem.

Ao percorrer os temas abordados por esses jovens advogados nesta obra, verifica-se que enfrentam matérias complexas afeitas à arbitragem, inclusive tratando de temas e enfoques inéditos na literatura jurídica. Questões práticas e extremamente úteis, como discorrer sobre as provas na arbitragem, tema escolhido por Ana Luiza Baccarat da Motta Pinto e a problemática existente em torno da arbitragem no Direito do Trabalho, na pena de Karin Hlavnicka Skitnevsky, ambas coordenadoras desta coletânea de artigos, denotam a atualidade dos temas.

Os articulistas navegam com facilidade em campos movediços, difíceis e controvertidos, tanto da arbitragem nacional como internacional, tais como matérias atinentes à ordem pública material, reconhecimento de sentença arbitral estrangeira, natureza jurídica da arbitragem, contratos transnacionais, arbitragem em direito societário, sentenças parciais, entre outros assuntos. Os temas são abordados de forma criteriosa e consistente denotando conhecimento teórico adequado, aliado a um importante senso pragmático.

Todos os articulistas desta coletânea de artigos estão imbuídos e comprometidos com a missão de serem multiplicadores e divulgadores da aplicação correta e adequada da arbitragem. A Lei de Arbitragem vive a sua adolescência, como diz José Emilio Nunes Pinto, e a estes *jovens arbitralistas* o futuro reserva papel de destaque no cenário nacional e internacional, para que possam, conjuntamente com seus predecessores, continuar o trabalho de vigilância e atuação na correta aplicação deste importante instituto jurídico, para que possa seguir seu curso natural e ser uma opção a mais na forma de administrar a justiça.

Por todos os motivos acima aduzidos, verificamos que as bases sólidas para que a arbitragem continue a se desenvolver no Brasil estão consolidadas.

Como mencionado, os autores desta obra são jovens em idade, mas maduros em competência intelectual. Tudo isso poderá ser comprovado com a leitura desta coletânea bem estruturada de artigos, que recomendamos a todos aqueles que desejam se aprofundar no estudo da arbitragem.

São Paulo, maio de 2012.

Selma Ferreira Lemes

Advogada. Professora do curso de arbitragem do *GVLAW*, da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas –FGV. Membro da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI.

Prefácio

Platão, em sua obra “A República”, ensinava que “*le bon juge ne saurait être jeune, mais vieux*”¹ e, a partir desta frase, Thomas Clay constata que “*force est de constater que le monde de l’arbitrage international obéit assez fidèlement à ce précepte*”².

De fato, em outros países, o mundo da arbitragem é essencialmente formado por árbitros experientes, profissionais talhados pelos longos de anos de vivência que lhes qualificam para exercer a difícil tarefa de julgar. Nesse meio, onde a experiência é um fator preponderante, os jovens ou iniciantes na arte da arbitragem encontram as dificuldades naturais de inserção e de afirmação.

Todavia, em um país que viu a arbitragem evoluir e se consolidar de forma extraordinária em período de tempo tão curto (afinal passamos da pré-história da arbitragem à modernidade em apenas quinze anos), o exemplo do direito comparado parece não se aplicar à realidade brasileira. A necessidade de profissionais que possam atender à crescente multiplicação de procedimentos arbitrais faz com que jovens arbitralistas sejam cada vez mais nomeados em tribunais arbitrais. E é essa nova geração de brilhantes arbitralistas que me dá a honra de prefaciá-la presente obra.

Uma característica comum dos autores desta obra, além da juventude, é o alto grau de qualificação acadêmica. Muitos são mestres e doutores das melhores universidades nacionais e estrangeiras, com trabalhos científicos dedicados à arbitragem e publicações nas principais revistas sobre a matéria. Os temas escolhidos na presente obra demonstram a qualidade acadêmica dos autores.

Ademais, a leitura dos artigos da presente obra deixa transparecer que os autores não somente conhecem a matéria sob um viés acadêmico, mas que também possuem uma visão pragmática do tema. Muitos dos subscritores desta obra são membros de grandes bancas ou trabalham diretamente com experientes advogados e árbitros, vivenciando a prática da arbitragem.

Um leigo à matéria arbitral certamente ficaria surpreso ao saber que tão profundos e interessantes trabalhos foram redigidos por jovens autores. O único indício aparente seria o título do presente livro: Arbitragem nacional e internacional: os novos debates e a visão dos jovens arbitralistas.

Esse jovens, audazes e determinados, contrariam a afirmação de Platão, vez que o bom arbitralista não tem idade!

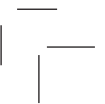
Curitiba, maio de 2012.

João Bosco Lee

Doutor em Direito Internacional Privado pela Universidade de Paris II – França,
Mestre em Direito Internacional e Direito do Comércio Internacional pela Universidade de Paris II – França, Especialista em Direito Internacional Privado e em Direito Europeu pela Universidade de Paris II – França, e em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba.

¹ Platão, *République*, III, 409 a-e.

² Th. Clay. “Qui sont comarces arbitres internationaux? Approche sociologique”. *Les arbitres internationaux*. Paris: Société de Législation Comparée, 2005, p. 28.



Sumário

Thiago Luis Carballo Elias

1. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	1
1.1. Conceito	1
1.2. Jurisdição ou contrato	3
1.3. Consequências	7
1.4. Referências	10

Mariana Cattel Gomes Alves e Adriane Nakagawa Baptista

2. ARBITRAGEM INSTITUCIONAL OU <i>AD HOC</i>	11
2.1. Introdução	11
2.2. Breves considerações sobre a arbitragem institucional e a <i>ad hoc</i>	12
2.2.1. Arbitragem institucional	12
2.2.2. Arbitragem <i>ad hoc</i>	15
2.3. Liberdade conferida às partes pela Lei de Arbitragem	17
2.4. Elementos a serem sopesados na escolha de uma das formas de operacionalização da arbitragem	19
2.5. Redação da cláusula compromissória	21
2.5.1. Arbitragem institucional	22
2.5.2. Arbitragem <i>ad hoc</i>	23
2.6. Considerações finais	25
2.7. Referências	26

Roberta Correa Gouveia

3. ASPECTOS RELEVANTES DA CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE	29
3.1. Introdução	29
3.2. Campo de aplicação	30
3.3. Principais contribuições da Convenção de Nova Iorque à arbitragem comercial	31
3.4. Possível atualização da Convenção de Nova Iorque	32
3.5. Considerações finais	34
3.6. Referências	35

Ana Gerdau de Borja

4. ALGUNS ASPECTOS DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NA ARBITRAGEM	39
4.1. Introdução.....	39
4.2. O contraditório como limitação ao princípio <i>jura novit curia</i>	41
4.2.1. Ações anulatórias	41
4.2.2. Recusa de reconhecimento e execução.....	45
4.3. Considerações finais	46
4.4. Referências.....	47

Jonathan Barros Vita

5. ARBITRAGEM E SIGILO: ANÁLISE ESTRUTURAL E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DE SUA QUEBRA	49
5.1. Introdução.....	49
5.2. Arbitragem, sigilo e teoria dos sistemas.....	50
5.3. As formas do sigilo arbitral.....	53
5.4. Definição denotativa de quebra de sigilo e situações limítrofes	56
5.4.1. Arbitragem, sigilo e direito processual civil.....	59
5.4.2. Arbitragem, sigilo e direito societário.....	60
5.4.3. Participação do poder público em arbitragem, sigilo e princípios	61
5.5. As consequências jurídicas das quebras do sigilo arbitral: danos punitivos e invalidade/nulidade do laudo arbitral.....	62
5.6. Considerações finais	66
5.7. Referências.....	67

Ana Luiza Baccarat da Motta Pinto

6. AS PROVAS E A SUA PRODUÇÃO NO PROCEDIMENTO ARBITRAL SOB O ENFOQUE DA PRÁTICA	69
6.1. Referências.....	76

Luis Fernando Guerrero

7. ÁRBITROS, JUÍZES E CONFLITOS DE COMPETÊNCIA	77
7.1. Introdução e objetivo	77

7.2. Breves considerações sobre o conflito de competência no direito brasileiro	78
7.3. Árbitros e juízes: conflito de competência qualificado	79
7.4. Árbitros: conflito de competência	84
7.5. Considerações finais	86
7.6. Referências.....	87

Katherine Spyrides

8. DA IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E O JUÍZO ARBITRAL PARA A EFETIVIDADE DA ARBITRAGEM	89
8.1. Do efetivo apoio do Poder Judiciário ao Juízo arbitral.....	91
8.1.1. Medidas urgentes incidentais ao procedimento arbitral.....	91
8.1.2. Medidas urgentes preparatórias ao procedimento arbitral.....	94
8.2. Da comunicação prática entre o Poder Judiciário e o Juízo Arbitral.....	99
8.2.1. Comunicação a ser estabelecida no caso de medidas urgentes incidentais concedidas pelo árbitro.....	99
8.2.2. Comunicação a ser estabelecida no caso de medidas preparatórias concedidas pelo Juízo estatal	102
8.3. Referências.....	105

Flávio Spaccaquerche Barbosa

9. A SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL E O SEU CONTROLE JUDICIAL	107
9.1. Introdução.....	107
9.2. A sentença arbitral parcial no direito brasileiro: o fim do mito	109
9.3. O que são sentenças arbitrais parciais?.....	110
9.4. O controle judicial das sentenças parciais: ação de nulidade.....	112
9.5. Efeitos da ação anulatória de sentença parcial no procedimento arbitral em curso	116
9.6. Considerações finais	122
9.7. Referências.....	123

Marco Deluiggi

10. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA E SUA CONFORMIDADE À ORDEM PÚBLICA MATERIAL	127
---	-----

10.1.A problemática.....	127
10.2.As correntes doutrinárias divergentes e a casuística internacional.....	128
10.2.1. A concepção minimalista de controle.....	128
10.2.2. A concepção maximalista de controle.....	133
10.3.A solução apropriada ao espírito da exceção de ordem pública material.....	136
10.3.1. Os problemas da concepção minimalista.....	136
10.3.2. A melhor postura a ser adotada pelo juiz estatal brasileiro....	139
10.4.Referências.....	141

Pérsio Thomaz Ferreira Rosa

11. O RECONHECIMENTO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS, A ORDEM PÚBLICA E OS TERCEIROS: EM FOCO, A SENTENÇA ARBITRAL.....	145
11.1.Os terceiros e o contrato: breves comentários.....	145
11.2.Os terceiros e a arbitragem.....	151
11.3.A chamada “extensão da convenção de arbitragem”.....	152
11.4.Homologação de sentenças estrangeiras e os terceiros.....	154
11.5.O postulado da competência-competência.....	169
11.6.Considerações finais.....	172
11.7.Referências.....	172

Flavia Foz Mange

12. A PENDÊNCIA DE AÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO COMO ESTRATÉGIA PARA OBSTAR O PROSSEGUIMENTO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	175
12.1.Análise da jurisprudência sobre litispendência em sede de homologação de sentença arbitral.....	176
12.1.1. Ecom <i>vs.</i> Têxtil Pé de Serra.....	177
12.1.2. First Brand <i>vs.</i> STP.....	180
12.1.3. Mitsubishi <i>vs.</i> Evadin.....	181
12.1.4. GE Medical <i>vs.</i> Tecnimed.....	185
12.2.Reflexões sobre litispendência.....	191
12.2.1. Conceito e delimitações.....	192
12.2.2. Função e requisitos para exceção de litispendência.....	194
12.2.3. A exceção no caso de litispendência internacional.....	195

12.3.Litispêndência em sede de homologação de sentença estrangeira ..	196
12.3.1. A homologação da sentença arbitral estrangeira.....	197
12.3.2. Existência dos requisitos para exceção de litispêndência em sede de homologação.....	200
12.3.2.1. Identidade de partes.....	201
12.3.2.2. Identidade de causa de pedir.....	201
12.3.2.3. Identidade de pedido	201
12.3.2.4. Inexistência da tríplice identidade.....	202
12.3.3. Os requisitos para homologação de sentença arbitral estrangeira e a ofensa à soberania nacional	203
12.3.4. A inadmissibilidade da exceção de litispêndência em sede de homologação.....	206
12.4.Considerações finais	207
12.5.Referências.....	207

Isabela Lacreta

13. DISPUTE BOARDS: O CARÁTER VINCULANTE DE SUAS DECISÕES	209
13.1.Introdução.....	209
13.2.Os <i>dispute boards</i>	211
13.2.1. Conceito	211
13.2.2. Histórico dos <i>dispute boards</i> e o envolvimento do Banco Mundial.....	213
13.2.3. O crescimento do <i>dispute boards</i>	215
13.2.4. Composição dos <i>dispute boards</i>	216
13.3.Os <i>dispute boards</i> como pré-requisito à arbitragem.....	218
13.4.As principais regulamentações internacionais e nacionais	221
13.5.O caráter vinculante das decisões dos <i>dispute boards</i>	224
13.6.Considerações finais	229
13.7.Referências.....	230

Karin Hlavnicka Skitnevsky

14. O DIREITO DO TRABALHO E A ARBITRAGEM PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	233
14.1.Introdução.....	233
14.2.Arbitragem na área trabalhista	234

14.3. Posicionamento jurisprudencial.....	237
14.4. Considerações finais	241
14.5. Referências.....	241

Octávio Fragata Martins de Barros

15. OS LITÍGIOS SOCIAIS E A ARBITRAGEM.....	243
15.1. Introdução.....	243
15.2. Conflitos internos da sociedade	246
15.2.1. O alcance subjetivo da cláusula compromissória.....	246
15.2.2. Os acordos de acionistas	249
15.2.3. A resolução da sociedade em relação ao sócio	250
15.3. Conflitos externos da sociedade.....	252
15.3.1. A desconsideração da personalidade jurídica.....	253
15.3.2. A capacidade do agente e a necessidade de poderes especiais para firmar cláusula compromissória	260
15.4. Considerações finais	262
15.5. Referências.....	263

XX

Napoleão Casado Filho

16. DISPUTA SOCIETÁRIA E CLÁUSULA ESCALONADA: ANÁLISE DE CASO CONCRETO	267
16.1. A consulta.....	267
16.2. O parecer	269
16.2.1. Do dever de lealdade	271
16.2.2. Da ausência dos elementos essenciais a um negócio jurídico ...	272
16.2.3. Da inexistência de vontade livremente manifestada	272
16.2.4. Do dever de boa fé	273
16.2.5. Do <i>venire contra factum proprium</i>	276
16.2.6. Do dolo.....	277
16.2.7. Da invalidade do negócio jurídico	278
16.2.8. Da declaração da invalidade do negócio jurídico: cláusula escalonada	278
16.3. Respostas à consulta.....	280
16.4. Referências.....	281



Larissa De Santis Basso

17. CONTRATOS TRANSNACIONAIS E O FUNDAMENTO DA ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL: UM ENFOQUE DIDÁTICO.....	283
17.1.O nascimento do comércio e das regras comerciais.....	283
17.2.Evolução do comércio medieval e a <i>lex mercatoria</i>	284
17.3.Os contratos internacionais e conflitos de lei no espaço.....	285
17.4.A nova <i>lex mercatoria</i>	287
17.5.A arbitragem comercial internacional.....	289
17.5.1. Os sistemas estatais e a solução de conflitos com elemento estrangeiro	289
17.5.2. A arbitragem comercial internacional.....	290
17.5.2.1. Características e aplicação prática	291
17.5.2.2. A arbitragem e os ordenamentos nacionais.....	292
17.6.Considerações finais.....	294
17.7.Referências.....	295

